ATA NÚMERO DOIS MIL, SEISCENTOS E OITENTA E CINCO (2685).

Aos vinte e dois dias do mês de abril do Ano de Dois Mil e Três reuniu-se, no Plenário Vereador César Augusto Leoni, o Poder Legislativo Municipal da Lapa, sob a presidência do Vereador Adriano Hamerschmidt, secretariado pelo Vereador Osvaldo Benedito Camargo e pela Vereadora Valentina da L. P. Batista, presentes os Vereadores: José Luiz de Castro, Dirceu Rodrigues Ferreira, João Renato L. Afonso, Antonio Luiz C. Cavalini, Sérgio A. Leoni, Elísia Martins, Alceu Hoffmann, Vilmar Czarneski Fávaro e Walter José Horning.

À Hora Regimental o Presidente declarou aberta a Sessão, iniciando com a deliberação da ata anterior, de números dois mil, seiscentos e oitenta e três, que foi aprovada por unanimidade.

No Expediente do Dia, foi feita a leitura pelo 1° Secretário da correspondência recebida, onde constou o seguinte: Anteprojeto de Lei n° 09/2003, de autoria do Vereador Sérgio Augusto Leoni, que denomina de Praça Alemães do Volga logradouro que especifica. Ofício n° 070, do Executivo Municipal, encaminhando Balancete Financeiro referente aos meses de janeiro, fevereiro e março. Ofício n° 99/2003, do Executivo Municipal, em resposta à indicação do Vereador Sérgio Augusto Leoni. Ofício n° 151/2003, da Sanepar, em agradecimento a requerimento do Vereador Vilmar C. Fávaro. Ofício n° 020/2002, do Conselho Municipal de Saúde da Lapa, solicitando empréstimo do Plenário. Ofício n° P-11/03, do Conselho da Ética e Decoro Parlamentar, da Câmara Dos Deputados, solicitando informações. Ofício Circular n° 006/2003 do Poder Legislativo de Campo Mourão solicitando apoio junto ao Ministério da Educação e ao Presidente da República para projeto do CEFET-PR. Convite da Prefeitura Municipal da Lapa para reunião informativa. Convite do Poder Executivo Municipal para Festa do Tropeiro. Convite da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná para Fóruns.

Ainda no Expediente do Dia foi feita, pela 2ª Secretária, a leitura do resumo da correspondência expedida.

Dando início à Ordem do Dia, presente os Vereadores Osvaldo Benedito Camargo, José Luiz de Castro, Dirceu R. Ferreira, João Renato L. Afonso, Antonio Luiz Carlos Cavalini, Sérgio A. Leoni, Elísia Martins, Valentina da L. Batista, Alceu Hoffmann, Vilmar C. Fávaro e Walter José Horning.

Em Redação Final o Anteprojeto de Lei n° 58/02, de autoria do Executivo Municipal, que institui o Sistema Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente do Município da Lapa/PR, conforme especifica.

Livre a palavra para discussão da redação e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi a Redação Final ao Anteprojeto de Lei n° 58/02, que institui o Sistema Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente do Município da Lapa/PR, conforme especifica, declarada aprovada.

Em 2ª discussão o Anteprojeto de Lei n° 02/2003, de autoria do Vereador João Renato L. Afonso, que regulamenta a edição e circulação do Boletim Oficial da Prefeitura Municipal da Lapa e dá outras providências.

Havendo uma subemenda apresentada, inicialmente foi esta colocada em 1ª discussão.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela a Vereadora Valentina dizendo que a apresentação dessa subemenda decorre do fato de que deixasse a emenda apresentada na semana que passou mais clara, ou seja, quando falaram que o ressarcimento das despesas efetuadas pelo Poder Público Municipal para impressão do Boletim Oficial da Prefeitura, colocaram que ela deveria ser fixada e da forma que constava dava a entender que quem fixaria esse valor seria a Secretaria de Finanças, órgão ao qual não compete essa atribuição, mas ao Poder Executivo que fixará o valor e o mesmo será recolhido junto ao órgão competente, ou seja, ao que trata das finanças do Município.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi à subemenda colocada em votação sendo aprovada por unanimidade.

Havendo requerimento verbal da Vereadora Valentina, solicitando dispensa de interstício para a 2ª deliberação da subemenda apresentada, foi este colocado em votação sendo aprovado por unanimidade.

Em 2ª discussão a subemenda apresentada por diversos Vereadores.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi a subemenda colocada em 2ª votação sendo aprovada por unanimidade.

Dando continuidade, em 2ª discussão a Emenda Modificativa, de autoria da Vereadora Valentina da L. P. Batista, protocolada sob o número 297/03.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi a Emenda Modificativa, protocolada sob o número 297/03 colocada em votação sendo aprovada por unanimidade.

Em 2ª discussão a Emenda Modificativa/Aditiva, de autoria da Vereadora Valentina da L. P. Batista, protocolada sob o número 298/03.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador João Renato dizendo que a Comissão de Legislação, Justiça e Redação tomou o cuidado quando da elaboração da redação final, entendendo que a emenda protocolada pela Vereadora Valentina sob o número duzentos e noventa e oito está prejudicado em seu parágrafo primeiro porque houve uma subemenda modificando, dessa será apenas aproveitado o parágrafo segundo, pois o primeiro tem a redação dada pela subemenda.

Com a palavra a Vereadora Valentina disse que na verdade a intenção era apenas de deixar mais clara a proposta de regulamentação, da edição e circulação do Boletim Oficial da Prefeitura Municipal da Lapa. Como se trata de regulamentação entende-se que a mesma apareça no corpo de Lei de uma forma mais clara possível para que os cidadãos ao cumprir e exercer seus direitos de cidadania tenham também a compreensão de forma clara. Na proposição do Vereador João Renato no artigo quarto dizia que o Boletim Oficial da Prefeitura Municipal da Lapa ficará a disposição de qualquer do povo que dele poderá solicitar a expedição e certidões para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal independentemente de pagamento de taxa, desde que os motivos estejam devidamente fundamentado e justificados em petições dirigidas por escrito ao Chefe do Poder Executivo Municipal. Existia também um parágrafo único que dizia que as solicitações de cópias da integra dos Boletins Oficiais estarão sujeitos ao pagamento de taxas contingentes com os ressarcimentos das despesas efetuadas pelo Poder Público Municipal. Essa emenda deixa claro quem estabelece este valor a ser cobrado e onde o cidadão ou órgão ou entidade que tiver interesse em adquirir o Boletim paga e encontra, ou seja, estarão a disposição na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, mediante apresentação de comprovante do pagamento de taxas quando necessárias. Tem certeza que ao aprovarem esse projeto de lei estão mais uma vez dando a contribuição como legisladores com a intenção de regulamentar o Boletim Oficial que é este veículo que vai trazer aos Poderes e a comunidade de forma geral e transparente os atos do Prefeito.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi a Emenda Modificativa, protocolada sob o número 298/03 colocada em votação sendo aprovada por unanimidade.

Em 2ª discussão o Anteprojeto de Lei nº 02/2003, de autoria do Vereador João Renato L. Afonso, que regulamenta a edição e circulação do Boletim Oficial da Prefeitura Municipal da Lapa e dá outras providências, com as emendas aprovadas.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador João Renato agradecendo a acolhida pelos Vereadores em Sessão passada em aprovar por unanimidade esse projeto. Esse projeto não tem nenhum intuito político ou qualquer coisa que seja. O que estão vendo na imprensa é que os atos do Executivo, nessa e em outros gestões não vem ao

conhecimento do público como é aquilo estabelecido pela Lei Federal que diz que são infrações políticas administrativas dos Prefeitos Municipais, sujeito ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionado com a cassação do mandato e também retardar a publicação ou deixar de publicar as Leis e atos sujeitos a essas formalidades. Se não existe uma regulamentação do Boletim Oficial, como podem cobrar essa transparência. Essa emenda visa que assegurem esse direito do cidadão na Câmara Municipal e obrigação do Executivo em publicar seus atos e fatos.

Com a palavra o Vereador José Luiz parabeniza o Vereador João Renato e a Vereadora Valentina por contribuírem na melhoria desse anteprojeto. Sabe a importância que tem a divulgação dos atos e nenhum é valido se não for divulgado. Viram recentemente nessa administração a remessa de Boletins chegando nesta Casa de Leis, com atraso, fazendo com que várias criticas fossem feitas a atual administração por incompetência, falta de administração e de respeito com essa Casa e com a população. Com esse novo projeto, desde que o Prefeito cumpra, provavelmente estará sanado essa deficiência. Disse também que o Boletim Oficial da segunda quinzena de março, até essa data não chegou nesta Casa.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o Anteprojeto de Lei nº 02/2003, que regulamenta a edição e circulação do Boletim Oficial da Prefeitura Municipal da Lapa e dá outras providências, colocado em 2ª votação sendo aprovado por unanimidade.

Em 1ª discussão o Anteprojeto de Lei nº 11/2003, de autoria do Executivo Municipal, que extingue e coloca cargos em extinção, de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Município e dá outras providências.

Havendo Emenda Supressiva, de autoria de vários Vereadores, inicialmente foi esta colocada em 1ª discussão.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi a Emenda Supressiva, de autoria de vários Vereadores, colocada em votação sendo aprovada por unanimidade.

Não havendo mais emendas, em 1ª discussão o Anteprojeto de Lei nº 11/2003, de autoria do Executivo Municipal, que extingue e coloca cargos em extinção, de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Município e dá outras providências.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador José Luiz dizendo que esse anteprojeto de lei de autoria do Prefeito terá seu voto contrário porque acha um absurdo quando se comete incoerência. Retornando os fatos há alguns anos atrás disse que foi criado na Lapa o FUNPREV- Fundo de Previdência do Funcionário Público Municipal e um dos objetivos do mesmo era reduzir a parte de encargos sociais do Município em relação ao que se pagava ao INSS, tendo uma economia superior a vinte por cento.

Solicitando um aparte o Vereador Sérgio disse que esse Fundo foi criado para assegurar ao funcionário suas aposentadorias, pois vinham acompanhando as decisões dos institutos do INSS tendo os funcionários contribuíam durante muitos anos com base em três a quatro salários e depois se aposentavam por menos, sendo essa a razão principal, gerando uma economia em torno de vinte por cento que a Prefeitura tinha que desprender com a aposentadoria dos funcionários depois que foi criado o FUNPREV.

Continuando o Vereador José Luiz disse que havia dois objetivos, a economia e a aposentadoria sem achatamento salarial. Se vão criar um Fundo para ter economia, como justifica a extinção de certas funções na Prefeitura para que se possa contratar essa mão de obra através de empresas ou cooperativas na cidade, as cooperativas tem lucro, taxas e compromissos para cumprir, se aprovar esse anteprojeto existem funções que a Prefeitura nunca poderá cortar totalmente. É uma incoerência extinguir cargos que tem importância dentro da Prefeitura, que amanhã ou depois serão supridos pela contratação de funcionários de outras empresas, fazendo com que o custo da administração seja maior do que o custo que se dá hoje através do recolhimento pelo FUNPREV.

Com a palavra o Vereador João Renato disse que não quer contrariar a opinião do Vereador José Luiz, sendo uma posição estranha em defender esse projeto, principalmente sendo considerado Vereador de oposição. Defende a aprovação, principalmente pela aprovação da emenda protocolada nesta Casa. Quando da elaboração da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal da Lapa, vem para esta Casa de Leis um comunicado criando o cargo, *a posteori* o Executivo Municipal faz o concurso para que se crie a vaga para que o cidadão se habilite ao mesmo. O Prefeito está extinguindo os cargos de agente de saneamento, cartazista, costureira, desenhista, inspetor de qualidade, encanador, ferramenteiro, jardineiro, topógrafo, zelador de cemitério, técnico de assuntos culturais. Esses cargos estão sendo extintos porque tem cargo e não existe ninguém preenchendo essas vagas, não havendo motivo para existir. São colocados em extinção administrador de sistema hidráulico, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de zeladoria, carpinteiro, contínuo, cozinheira, gari, guia turístico, marceneiro, pedreiro, pintor, preparador de alimentos, servente de obras, técnico de higiene mental, telefonista, vigia, zelador e motorista. O Executivo Municipal está propondo que se coloque em extinção a partir daquela pessoa que está exercendo hoje o cargo de pintor na Prefeitura Municipal, quando esse se aposentar, pedir demissão ou por qualquer fato, deixa de prestar serviço à Prefeitura esse cargo não existirá mais. O que o Vereador José Luiz falou os preocupa porque quem vai fazer o café na Prefeitura ou será contratado uma pessoa de fora para esse fim, por isso a emenda protocolada nesta Casa de Leis. Os itens auxiliar de serviços gerais, guia turístico por se tratar de um Município turístico, vigia, zeladora e motorista, a emênda extirpa do corpo do projeto. Se tiverem que contratar um carpinteiro para fazer a reforma do telhado da Câmara Municipal, como exemplo e se tiverem esse funcionário no quadro efetivo, por mais que esse funcionário ganhe o salário mínimo, ele custará aos cofres públicos por mês o salário mais onze por cento, mês a mês. Diz isso porque o serviço de carpinteiro na Prefeitura não tem um trabalho cotidiano, mas esporádico.

Solicitando um aparte o Vereador José Luiz disse que foi contratado uma pessoa através de contrato simples no ramo de carpinteiro e pedreiro para pequenos serviços em unidades escolares dentro da Prefeitura da Lapa, contrato publicado em Boletim Oficial.

Continuando o Vereador João Renato disse que se for contratado essa pessoa, deve ter sido por tempo determinado porque se for para extinguir o cargo de carpinteiro e contratar através da lei de licitação estariam cometendo imprudência.

Solicitando um aparte o Vereador Cavalini disse que não é tão grave desde que aprovem a emenda, pois o próximo, Prefeito poderá abrir novamente o cargo.

Continuando o Vereador João Renato disse que deixando o auxiliar de serviços gerais, auxiliar de zeladoria, contínuo, cozinheiro, enfim, para alguns pequenos reparos podem ser exercido por esse auxiliar de serviços gerais. Seria inadmissível aprovarem o projeto como está na integra excluindo do quadro da Prefeitura auxiliar de serviços gerais, zeladora, telefonista e principalmente o de motorista, se não tivessem aprovado a emenda. Defende o projeto com a emenda permanecendo dentro do organograma da Prefeitura., entendendo que são essenciais.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o Anteprojeto de Lei nº 11/2003, que extingue e coloca cargos em extinção, de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Município e dá outras providências, colocado em votação sendo aprovado por dez votos dos Vereadores Osvaldo B. Camargo, Dirceu Ferreira, João Renato Afonso, Antonio Luiz Carlos Cavalini, Sérgio A. Leoni, Elísia Martins, Valentina P. Batista, Alceu Hoffmann, Vilmar C. Fávaro e Walter Horning, contra um do Vereador José Luiz de Castro.

Em 1ª discussão o anteprojeto de Lei nº 17/2003, de autoria do Executivo Municipal, que concede reposição de Vencimentos aos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador Sérgio dizendo que durante os quatorze anos que exerceu o cargo de Prefeito da Lapa a sua preocupação maior foi sempre com relação aos funcionários e também com a questão da assistência social. Foi autor de um requerimento que solicitava ao Prefeito que por ocasião da atualização dos valores do salário mínimo estabelecesse índices iguais para todos os funcionários da Prefeitura. Votam nesta Sessão a resposta que não corresponde à expectativa, mas que na informação do Executivo era o que poderia ser concedido. Sabe que não apenas o funcionalismo público Municipal, mas o Estadual e Federal estão todos com os valores defasados, embora a televisão tem mostrado uma realidade terrível, com pessoas que se aposentam com salários altíssimos, sendo uma vergonha e uma ofensa que atinge toda população brasileira, mas embora esses valores que esse Vereador solicitou ao Prefeito não tivessem sido concedidos nesse momento, ainda assim continua acreditando na intenção do Prefeito em atender os funcionários da Prefeitura, principalmente com relação ao projeto de cargos e salários que será oportunamente enviado a esta Casa.

Com a palavra o Vereador José Luiz disse que seu voto será favorável, visto que os Vereadores não tem competência de dar um reajuste que se faz jus aos funcionários públicos do Município da Lapa. Tem visto ultimamente que os Governantes tem achatado cada vez mais os salários dos funcionários públicos. Recentemente viu uma situação que mais pareceu uma piada do que aumento salarial, de um Governo que sempre criticou o antecessor por uma política recessiva, dando apenas um por cento de aumento salarial aos funcionários públicos federais. O Governo do Estado também nesses últimos oitos anos não concedendo aumento ao funcionalismo público estadual, fazendo com que cada vez mais essa classe diminua seu poder aquisitivo. Sobre a política Municipal da Lapa, é um absurdo de que nos últimos seis anos, os funcionários da Prefeitura terem recebido um aumento de cinco por cento que foi dado a toda classe de funcionários municipais.

Solicitando um aparte o Vereador Sérgio pede para que o Vereador José Luiz esclareça que o cinco por cento foi o total do aumento concedido ao funcionalismo no período do então Prefeito Miguel Batista e que o restante foi concedido pelo atual Prefeito, e que agora com mais dez por cento dará um pouco mais do valor que o Estado deu aos funcionários estaduais.

Continuando o Vereador José Luiz disse que tinha se referido nos últimos seis anos, onde cinco por cento foi na gestão do Prefeito anterior Miguel Batista e o Prefeito atual deu aumento de doze por cento e desse valor, algumas categorias realmente receberam na íntegra. Outras categorias tiveram os mesmos doze por cento no salário, mas foram tirados esses mesmos valores de abono ou outra regalia que o funcionário tinha, que é o caso do magistério público, onde ganhavam cem reais de abono e quando foi dado esse aumento de doze por cento incorporado ao salário, esse abono ficou em setenta e cinco reais e que foi uma realidade aprovada por essa Casa. O que mais se estranha é de que há aumento real no Município no Estado e na União. No caso da Lapa, pediu a Secretaria desta Casa de Leis que lhe fornecesse os dados sobre os valores dos orçamentos dos últimos seis anos e é baseado em cima desse número que não foi esse Vereador quem fez, nem dado baseado em qualquer correção de uma determinada FGM, UFIR, ou qualquer outra coisa, mas em cima de números que constam dentro dessa Casa e que podem ser consultados por qualquer Vereador ou cidadão lapeano. O orçamento de mil novecentos e noventa e oito foi de onze milhões e seiscentos e cinqüenta mil e o orçamento de dois mil e três foi de vinte e quatro milhões, quatrocentos e dezessete, portanto mais de cem por cento na arrecadação do Município e apenas para algumas categorias um minguado vinte e sete por cento de aumento nesse mesmo período. Não se cabe a justificativa de que o Município não está tendo arrecadação devida para completar aumento maior do que está sendo dado. Se for ver o aumento que é dado através de TIDE, função gratificada e outras coisa mais dentro do

Município, verão que há um gasto excessivo para determinadas classes de funcionários de dentro da Prefeitura, principalmente de cargos comissionados, enquanto que a maioria vai receber apenas dez por cento. Em seu modo de ver poderia dar no mínimo sessenta por cento de aumento aos funcionários e ainda assim estaria abaixo do valor do aumento efetivo da arrecadação segundo os orçamentos que veio para esta Casa. Seu voto será favorável por não ter competência legal de fazer uma emenda dentro do valor devido e real. Enquanto as pessoas não se alertarem para essa defasagem, vão ver que os funcionários estão vivendo precariamente, endividados e pagando exorbitantes taxas de juros para pessoas que emprestam dinheiro para esta categoria. Está na hora de fazer uma correção real, colocando a mão na consciência no sentido de deixar com que os salários sejam em números reais, iguais aos salários de mil novecentos e noventa e oito.

Com a palavra o Vereador João Renato disse que o problema salarial da Prefeitura do Município só vai resolver quando fizerem o plano de cargos e salários e tenham uma política salarial condizente com a arrecadação. Se usarem o acréscimo dessa arrecadação desses últimos seis anos verão que ela quase dobrou. Se analisarem o Boletim Financeiro de mil novecentos e sete, verão que a arrecadação global do Município girava em torno de oitocentos mil a um milhão de reais. Receberam nesta Casa o Balancete Finançeiro dos meses de janeiro, fevereiro e março, onde em janeiro foi de um milhão oitocentos e vinte e três mil reais, fevereiro dois milhões e noventa mil reais, março um milhão novecentos e sete mil reais. De nada adianta ficarem falando e o funcionalismo cada vez mais tendo um achatamento salarial, precisam fazer essa reorganização dos cargos e vencimentos da Prefeitura Municipal da Lapa. Se os cofres públicos municipais suportariam mais que dez por cento, somente saberiam através de um cálculo bem feito. Existe a Lei de Responsabilidade que limita em cinqüenta e quatro por cento com gasto de funcionalismo público e desse valor de um milhão e oitocentos mil tem alguma coisa que não é contado, como transferência de FUNPREV, convênios, enfim.

Solicitando um aparte o Vereador José Luiz disse que a questão de planos de cargos e salários, tem sido uma utopia nos últimos anos, onde se fala muito e não se faz nada. O funcionário cria a ilusão de que vai ganhar mais e o Executivo pensa no plano de cargos e salários para achatar ainda mais o salário dos funcionários. Consultou o Contador da Prefeitura já que tem aparecido em Boletim Oficial abertura de crédito suplementar pelo Superávit patrimonial da Prefeitura. O diferencial que existe no patrimônio da Prefeitura, dinheiro que passou em caixa de dois mil e dois para dois mil e três foi de mais de dois milhões e quatrocentos mil reais, sendo uma realidade dito pelo Senhor Ari Kuss, Contador da Prefeitura. O que falta é boa vontade.

Continuando o Vereador João Renato disse que se usassem o aspecto político poderiam ter muitos comentários sobre esse aumento, mas podem tentar no âmbito da diplomacia diante dessa Casa de Leis, procurar trazer uma política salarial melhor e que efetivamente os funcionários ganhem. Uma das coisas que preocupa esse Vereador e que deve preocupar os funcionários é o disposto no parágrafo segundo do referido projeto, onde diz que os servidores municipais que se aplicando o percentual de reajuste previsto nesse artigo venham a perceber valor inferior ao salário mínimo nacional, fica concedido reajuste variável a fim de cumprir a Legislação Federal pertinente. Existe pessoas na Prefeitura ganhando salário mínimo e obrigatoriamente de acordo com a Lei Federal ninguém pode perceber como remuneração menos que o salário mínimo. O salário mínimo teve um aumento de vinte por cento, aquele cidadão que ganha duzentos reais, com esse aumento de dez por cento, estaria recebendo menos que o salário mínimo, tendo que ter um abono. O que devem conscientizar é de que o maior patrimônio de uma empresa é o funcionário. Várias categorias, principalmente a das professoras da Prefeitura estão sem perspectiva com essa política salarial defasada, e que vem ocorrendo de várias administrações passadas.

Solicitando um aparte o Vereador José Luiz cumprimenta o Vereador João Renato quando fala dos salários defasados, principalmente o das professoras do Magistério, pois no início do ano que passou o piso salarial dessa categoria era de duzentos e quinze reais, com o aumento de doze por cento, esse piso passou para duzentos e quarenta reais e oitenta centavos. Hoje com o salário mínimo de duzentos e quarenta reais essa classe está ganhando apenas oitenta centavos a mais que o salário mínimo, sendo uma vergonha. O piso salarial teria que ser pelo menos o dobro para compensar.

Continuando o Vereador João Renato disse que infelizmente sendo pouco ou bastante, será esse o aumento que o funcionalismo público vai ganhar e o que devem se preocupar é com esse achatamento salarial com relação ao salário mínimo que todos os servidores que levam a Prefeitura da Lapa nas costas, estão sem perspectivas para daqui há dez anos. Pede pela aprovação.

O Presidente Adriano Hamerschmidt passou a Presidência da Sessão ao 1° Secretário Osvaldo B. Camargo.

Com a palavra o Vereador Adriano disse que tem o compromisso em usar a palavra em função de ter publicado nas colunas em que é autor em alguns jornais da cidade, onde recebeu alguns telefonemas em função do mesmo, com relação a uma pequena nota que fez sobre o projeto que será votado. Falando tecnicamente e agradecendo o entendimento, pois procura tratar do assunto longe da demagogia e da política, simplesmente puxar uma informação do Orçamento Municipal ainda em janeiro deste ano, quando o Orçamento já estava aprovado e sabendo qual seria a dotação para os gastos com pessoal. Ficou feliz pela oportunidade que teve em discutir com algumas pessoas sobre esse assunto tão delicado e ao mesmo tempo tão complexo. Os Vereadores que lhe antecederam usaram da palavra de forma bastante profícua, sabendo colocar os problemas que realmente existem e as injustiças que estão acontecendo com relação ao salário e vencimentos dos funcionários públicos e infelizmente reconhece que esse é um problema nacional e que precisa de imediato ser resolvido. Disse também que com relação ao Orçamento deste ano, embora estejam orçados vinte e quatro milhões de reais no valor total, tem que deduzir desse total o valor de um milhão quatrocentos e cinqüenta mil reais que não é o Orçamento da Prefeitura, mas que é da previdência dos funcionários que é incorporado, mas à parte. Para este ano fica em torno de vinte e três milhões de reais. Dizia na matéria e também a alguns funcionários que perguntavam de qual era a expectativa de aumento desse ano e dizia que o Orçamento da Prefeitura previa um aumento em torno de vinte e seis por cento na rubrica gasta com pessoal, isto os levava a acreditar em duas opções, a primeira a desse plano de demissões voluntárias, planos de cargos e salários, enfim, de que isso trará algum tipo de encargos para a Prefeitura e que vai consumir um pouco do aumento dessa rubrica, se acontecer em dois mil e três. Diz isso trabalhando com hipóteses não concretas, mas procurando simplesmente fazer uma análise técnica, tentando extrair do Orçamento uma informação palpável. Segundo, terão a possibilidade de que seja realizado novo concurso público, parecendo uma incoerência, pois se demite, depois se contrata, mas o Vereador João Renato, quando discutiam o projeto da extinção dos cargos, expôs a necessidades de alguns cargos não serem extintos. Se o concurso público existir, trará alguns encargos e aumentos na rubrica de gastos com pessoal. Acreditava na oportunidade que isso deveria consumir em torno de dezesseis por cento do aumento da rubrica, analisando tecnicamente, sem entrar no campo político e que sobraria infelizmente sem ser à vontade deste Vereador que o funcionalismo tenha dez por cento de aumento, mas nessa análise acabariam sobrando para reajustes efetivos nos salários e vencimentos dos funcionários a importância entre dez a doze por cento conforme a manobra que fosse utilizada. Esclarece isso, pois numa pequena nota de jornal tentou colocar toda essa explicação e a maioria entendeu, mas o que realmente pretendeu divulgar foi justamente a informação que o Orçamento dizia.

Solicitando um aparte o Vereador Cavalini pergunta ao Vereador Adriano de que concebido esses dez por cento, de quanto ficaria em percentuais no pagamento dos funcionários, se chegaria nos cinqüenta e quatro.

Continuando o Vereador Adriano disse que é uma pergunta difícil de responder no momento, pois não tem esses números em mão, mas lembra que quando conversava com o Prefeito, viam que há um dispositivo na Lei de Responsabilidade Fiscal dizendo que se os gastos de pessoal chegarem a atingir noventa e cinco por cento do limite possível algumas providências tem que ser tomadas e de imediato alguns contratos já não podem ser assinados, algumas despesas já não podem ser tomadas, etc., hipoteticamente sem ter os números oficiais, as informações que em é que os gastos com pessoal estariam na faixa de quinhentos e cinqüenta mil a seiscentos mil reais.

Solicitando um aparte o Vereador José Luiz disse que se a arrecadação do Município é um milhão e oitocentos mil reais a dois milhões de reais e a folha de pagamento é em torno de quinhentos e cinqüenta mil reais, mais ou menos um terço, dando trinta e três por cento, para chegar em cinqüenta e quatro, teria que aumentar vinte e um por cento. Na realidade pode dar um aumento de setenta por cento ao funcionalismo público.

Continuando o Vereador Adriano disse que se o administrador público se prestar a conceder reajuste ao funcionalismo, mês a mês ou a cada trimestre ou semestre, enfim se não ficarem a longo de seis anos com apenas dois reajustes tem plena convicção de que o salário não vai defasar, pois vivem uma política de estabilização, mas sabiam que a inflação de oito a dez por cento ao ano como se estima. Se tem uma moeda que vale cem reais e num ano ela desvaloriza três por cento, então no final do ano essa moeda vai valer noventa e sete reais. Se todo administrador público tiver a consciência de no momento em que assumir a função ter o compromisso de conceder ao funcionalismo um reajuste não terão mais esse problema. Porque quanto mais transferirem para frente a necessidade de reajuste e aumento, certamente a bola de neve vai ser bem maior.

Solicitando um aparte o Vereador João Renato disse que o pronunciamento do Vereador Adriano é o que todos os Vereadores com a força política que têm, sem demagogia devem pleitear junto ao Executivo Municipal que é essa política salarial, pois a matemática é uma ciência exata, onde um mais um, sempre vai ser dois. Nesses últimos seis anos foi dado vinte e sete por cento de aumento, fazendo uma matemática capitalizada do salário, tenham chegado em trinta e cinco por cento, mas nesses últimos seis anos teve um acréscimo na arrecadação na ordem de quase cem por cento. Algo tem que estar errado e devem discutir no âmbito técnico e do respeito ao funcionalismo com os administradores, estabelecendo uma política salarial no Município. Não está criticando o Prefeito, diz isso também como foi dito do Ex-Prefeito Miguel Batista, o qual esse Vereador apoiou, e que em quatro anos teve apenas cinco por cento de aumento. São essas disparidades que devem tentar cortar no início, para que não ocorra com o próximo Prefeito a mesma coisa.

Continuando o Vereador Adriano disse que seu entendimento é exatamente esse. Se for pouco a pouco e de tempos em tempos uma freqüência um pouco maior, com intervalos entre uma ocorrência e outra, certamente diminuirão esse problema conjuntural e estrutural do país. Espera dos Governantes que atualmente governam e dos que virão a governar possam corrigir os problemas da economia brasileira.

O 1º Secretário Osvaldo Benedito Camargo devolveu a Presidência da Sessão ao Presidente Adriano Hamerschmidt.

Com a palavra a Vereadora Valentina disse que discutir a questão salarial tanto na Lapa como a nível de Estado e Brasil é uma questão séria. A defasagem salarial de uma maneira geral é a cara do Brasil, se envergonham quando falam de salário mínimo e quando foi eleito o atual Presidente da República, milhões de brasileiros ficaram esperançosos, pois esperavam melhorias. Infelizmente ao acompanhar os jornais dentro do pouco que entende

de economia, administração pública e números, observou a quebra do dólar e dizem que isso é muito bom, mas o salário mínimo continua sendo vergonhoso para os trabalhadores do país, mesmo tendo na Presidência da República um cidadão que foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, por muitos anos. Na Lapa não é diferente, quando se fala que aumentou a arrecadação, considera uma ótima notícia, pois quando dizem que a Lapa não vai para frente e que não acontece nada não é verdadeiro. Quando fala do piso salarial dos professores da rede municipal, realmente se entristece, mas tem os recursos do FUNDEF e precisam administrar esses recursos dentro do número de alunos que fazem jus ao recurso que recebem, distribuindo esse recurso dentro do número de professores que o Município comporta. Sabe que existe uma equipe de professores dentro do Departamento de Educação que estão estudando a reformulação do Estatuto do Magistério, inclusive com a prioridade de incorporar esse abono ao piso salarial, mas onde pode perceber uma reposição no salário dos professores. Quanto a questão da política salarial, a proposta de campanha do Prefeito atual foi da elaboração de um plano de cargos e salários, proposta essa que já vem sendo falada e apresentada em campanhas há muito tempo na Lapa, mas essa Vereadora particularmente acredita que o Prefeito vai apresentar a essa Casa de Leis um plano de cargos e salários, onde esperam votar e aprovar esse plano, fazendo justiça aos diferentes cargos e às funções exercidas. Não pode acreditar que um governante tanto Municipal, Estadual, Federal em sã consciência não queira dar uma reposição salarial. Acredita que esse Governante Municipal, como ser humano que é, daria esse aumento se pudesse. Finaliza repetindo que acredita que ainda nessa gestão desse administrador inteligente, com visão política e consciente de suas responsabilidades, ainda durante essa administração comemorar na Lapa o plano de cargos e salários e se isso não acontecer será uma das pessoas que dirá neste Plenário da sua tristeza e da sua decepção. Como professora da Rede Estadual de Educação, assim como os Vereadores José Luiz e Cavalini, há oito anos na hora de digitar os proventos para declaração de imposto de renda, não vêem diferença de reposição salarial.

Solicitando um aparte o Vereador Sérgio disse que essa foi uma das razões pelas quais pediu demissão do Partido do Governador.

Continuando a Vereadora Valentina disse que realmente é algo que entristece a classe do magistério estadual e como cidadãos responsáveis pela formação de cidadãos do Estado a sua vontade e crença ultrapassa as questões financeiras. Professor vai ao supermercado, compra remédios, paga aluguel, leva filhos no médico, enfim, muitas vezes esse mesmo professor supera todas essas questões em funções de seu ideal e daquilo que acredita. Encerra dizendo que acredita como educadora e cidadã que essa política salarial e incorporação do abono vai acontecer e que esse plano de cargos e salários será aprovado por essa Casa de Leis e poderão ter alegria e a certeza que funcionário público na Lapa, está começando a ser valorizado.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o anteprojeto de Lei nº 17/2003, de autoria do Executivo Municipal, que concede reposição de Vencimentos aos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências colocado em votação sendo aprovado por unanimidade.

Havendo requerimento verbal dos Vereadores Osvaldo Benedito Camargo e João Renato Afonso, solicitando dispensa de interstício para a 2ª deliberação do Anteprojeto de Lei nº 17/2003, que concede reposição de Vencimentos aos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências, foi este colocado em votação sendo aprovado por unanimidade.

Em 2ª discussão o anteprojeto de Lei nº 17/2003, de autoria do Executivo Municipal, que concede reposição de Vencimentos aos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

Livre a palavra para discussão ninguém querendo fazer uso da mesma, foi o anteprojeto de Lei nº 17/2003, de autoria do Executivo Municipal, que concede reposição de Vencimentos aos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências colocado em 2ª votação sendo aprovado por unanimidade.

Em Discussão Única a Indicação nº 56/2003, de autoria de vários Vereadores, que solicita ao Presidente da Sanepar a revisão da decisão com relação a transferência do funcionário Vilmar C. Fávaro.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador Sérgio dizendo que como é o Vereador mais idoso nesta Casa, faz um apelo ao Vereador Cavalini para que retire sua proposição, pois este assunto já está vencido. Fez nesta Casa um requerimento de alto interesse para o Município e também foi requerido destaque pelo Vereador João Renato e só obteve três votos favoráveis e considerou o assunto praticamente resolvido pela Casa, mas tendo em vista a gravidade do assunto continua aguardando a manifestação de uma comissão dessa Casa para que esse documento possa ir até os canais competentes para registrar seu protesto pela maneira que o Tribunal de Contas julgou as contas naquele ano. Diz que esse assunto está vencido porque o Vereador Vilmar não vai mais ser transferido da Lapa e se tiverem o bom senso de votar essa matéria nesta Casa, terão antes de mais nada a satisfação de não verem nenhum Vereador constrangido, pois esse Vereador foi um dos que assinou esse requerimento, mas que agora julga desnecessário, tendo apenas efeito político eleitoral e o Vereador Vilmar é eleito e será sempre que for candidato, portanto para que possam manter esse espírito de coalizão dentro dessa Casa e para que possam também demonstrar a isenção com relação aos assuntos pessoais, sendo essa a qualidade que vê neste requerimento. Vota contra os termos do requerimento.

Com a palavra o Vereador Cavalini respondendo o Vereador Sérgio, indagou que quem pode responder com clareza e segurança nessa Casa de Leis é o Vereador e funcionário da Sanepar Vilmar C. Fávaro. Cabe aos Vereadores manter o requerimento e não é matéria vencida, pois houve um funcionário perseguido politicamente, mas observando a estrutura estadual dessa empresa, não teve nenhum enxugamento na máquina, ninguém foi mandado embora, todos os escritórios estão trabalhando perfeitamente, pelo menos foi a conclusão tirada da pesquisa realizada. Não pode retirar esse requerimento, pois não se trata do Vereador Vilmar, mas do funcionário que tem família para sustentar.

Solicitando um aparte o Vereador Sérgio disse que este Requerimento, assim como aquele rejeitado de sua autoria, poderá ser encaminhado independente do constrangimento de ter que aqui nesta Casa votar a favor de um assunto pessoal. É solidário com o problema do Vereador Vilmar, mas considera a matéria vencida e vota contra, assim como os Vereadores fizeram com a sua matéria que ficou nesta Casa como assunto vencido.

Continuando o Vereador Cavalini disse que a questão do requerimento do Vereador Sérgio foi dada como vencida não por este Vereador, mas pelo Tribunal de Justiça. Esse assunto é pessoal, pois não quer que um funcionário competente e atencioso seja transferido da cidade. Como Legislador e parte da comunidade da Lapa não gostaria de ver fora da cidade um funcionário de que sempre quando precisou atendeu com presteza resolvendo o problema. Sabe perfeitamente que o Vereador Vilmar é seu concorrente político e sua campanha política é totalmente diferente da dele, mas isso não impede por uma questão humana e de justiça reconhecer um funcionário que atende a todos indistintamente. Por isso vai manter seu requerimento, mesmo que seja derrotado, pois é um ser humano que tem família e está erradicado na Lapa e a há anos nessa empresa, não está aqui para acusar ninguém, mas não pode admitir que uma injustiça ocorra em sua frente e não se manifeste.

Solicitando novamente um aparte o Vereador Sérgio disse que se a questão fosse política o assunto teria naturalmente um encaminhamento, mas acontece que de acordo com informações que tiveram o ato foi em função de interesse da própria empresa e o Vereador

Vilmar estaria assumindo uma função, inclusive com melhorias de salários e que acha não ser uma reivindicação do mesmo, mas à partir do momento que o Vereador Vilmar tomou conhecimento desse fato que o Vereador Cavalini, diz ser político e que pode não ser, pois não podem provar isso, por não terem documentos que provem isso em mãos. Quando o Vereador Vilmar tomou conhecimento do ocorrido, foi então que tomou as providências pelo caminho político, conseguindo reverter a situação. Se tiverem que interferir dentro das empresas, acha que é uma atitude insólita, porque a função dos Vereadores desta Casa é legislar. Disse também que passou um fax para o Presidente da Sanepar, no qual não recebeu a resposta ainda , mas vai ler essa resposta oportunamente nessa Casa de Leis, para saber as razões pelas quais ocorreu a transferência do Vereador Vilmar. Isso são fatos que ocorrem em qualquer administração, acha prematuro se falar em perseguições políticas. Ficam aguardando que a própria Sanepar dê as explicações necessárias e que a partir do qual então poderão tomar novas medidas se for o caso.

Continuando o Vereador Cavalini disse que cabe a ele como legislador tentar para o bem do Município manter os técnicos que tem qualidades para o trabalho e que merecem respeito. Pela maneira que ocorreu essa transferência, como ser humano, legislador e profissional, mantém sua posição e espera a resolução do Presidente da Sanepar. Espera que seja uma resposta favorável para o bem dos homens de bem, que pregam a luz do meio dia, não aqueles que pregam as trevas da meia noite.

Com a palavra o Vereador José Luiz disse que mesmo respeitando a posição do Vereador Sérgio discorda da opinião do mesmo. Assinou o requerimento e mantém sua posição. Se sente solidário ao Vereador Vilmar, pois é muito interessante uma pessoa ser transferida com um aumento de salário e para um lugar melhor sem fazer um pedido, onde poderiam dar a mesma promoção, com cargo e salário melhor para esse funcionário aqui na Lapa. Essa transferência deve interessar a alguém e irão descobrir quem são os autores dessa proposição. Ninguém é transferido para uma cidade se não fizer o pedido, ainda mais sabendo que esse funcionário é Vereador da cidade. Esse Vereador concorda com o requerimento, pois se hoje ele é a vitima, amanhã pode ser qualquer outro Vereador, para ser mais preciso, esse Vereador. Não se ilude, o Executivo Municipal tem usado o seu tempo, sua inteligência e seu momento de lucidez para perseguições, faltando apenas criar a Secretaria Municipal de Perseguições. Muitos ouviram no programa da Prefeitura no rádio, onde citou esse Vereador como inadimplente com o IPTU. Repete o que já explicou nesta Casa, dizendo que a Lei que protege as pessoas que tem determinada área com pagamento de imposto do ITR e dentro dessa Lei, esse Vereador é um dos beneficiados. Existem várias propriedades que também são beneficiadas na Lapa, mas a única atingida pelo Executivo foi a desse Vereador, onde já está em mãos com a fita gravada desse dia, onde cita apenas o Vereador José Luiz, para que possa entrar com um devido processo criminal contra o Prefeito. Existe um Jornal chamado Correio da Lapa, circulando sem jornalista responsável, editorial, endereço e apenas com matéria de interesse do Município, é um jornal gratuito, onde alguém está patrocinando às custas do Município para a população da Lapa e criticando Vereador dessa Casa. Encerra dizendo que o Vereador Vilmar tem seu voto e seu apoio.

Com a palavra o Vereador João Renato reportando disse que quando o Vereador Sérgio disse que comparando esse requerimento com o do Funprev como matéria vencida. Não tem nada a ver uma coisa com a outra, pois sobre a questão do Funprev, ele foi julgado suas contas pela corte do Tribunal de Contas e pelo Tribunal de Justiça por unanimidade dando ganho de causa a Prefeitura. Confessa que fica constrangido e desconfortável sobre o que estão analisando nesse momento, matéria essa que tem incumbência única de defender os direitos de um cidadão. Se aprovarem esse requerimento não estarão fazendo nada de mal a ninguém não tendo nenhuma comparação com o do Fundo de Previdência como

matéria vencida. Quando fala-se em perseguição política, leu o que assinou que diz que indica ao Presidente da Sanepar a revisão da decisão com relação a transferência repentina e sem razão técnica do Senhor Vilmar C. Fávaro, funcionário da Sanepar da Lapa. O referido funcionário é um profissional dedicado e atende indistintamente a comunidade, considerando que a Sanepar é uma empresa conceituada e implantada em todo Estado. Assim quer lhe parecer que não justifica a transferência, considerando ainda que o Vereador Vilmar realizou transplante de rim recentemente e precisa estar próximo à Curitiba para controle do tratamento. Acreditando no senso de justiça e capacidade administrativa daquele Presidente se colocam a disposição para maiores informações. Estão apenas pedindo revisão da Presidência da Sanepar dessa transferência contra a vontade do funcionário, sabendo de sua vida pessoal, política e profissional. Não está defendendo o Vereador Vilmar, mas matéria contra qualquer dos Vereadores, para defender seus direitos sempre votará favorável. Contrário o fará se essa proposição for para denegrir a imagem de qualquer Vereador sem uma prova concreta. Se ausentou do Plenário quando da preposição protocolada pelo Vereador Cavalini com a pretensão de abrir uma sindicância para apurar irregularidade do Executivo Municipal, enfim por não concordar, pois quando se mexe na honra e na molécula familiar de qualquer cidadão, devem ter muito cuidado. Para apoiar alguém a ficar no seu trabalho que é um órgão do Estado, portanto um órgão público e que também pagam, sendo um direito de todos em apoiar. Com relação ao que o Vereador Sérgio falou com uso político, deixa claro que está com sua assinatura e seu voto defendendo não o político, mas o profissional que tem a relação com os Munícipes.

Solicitando um aparte o Vereador José Luiz disse que discorda com o Vereador João Renato quando diz que mexendo com a honra da pessoa não vota favorável, pois este Vereador não mexeu com a honra de ninguém, apenas fez o que determina a Lei dentro da responsabilidade do Vereador de denunciar fatos contrários à Lei Orgânica do Município. O Prefeito tem por hábito de não responder nos prazos de trinta dias os requerimentos dos Vereadores desta Casa e como ele não respondeu dentro desse prazo, e não foi uma nem duas vezes que este Vereador alertou a este Plenário, inclusive outros Vereadores também alertaram. Não levantou falso testemunho sobre a honra do Prefeito, apenas cumpriu o que determina a Lei Orgânica e a função de Vereador que exerce dentro dessa Casa.

Continuando o Vereador João Renato disse que por entender que o Vereador José Luiz agiu dessa forma é que este Vereador não votou contra o requerimento. Disse que votará contra toda e qualquer matéria que venha a denegrir a imagem de qualquer Vereador. Com relação ao envio da indicação assinada por oito Vereadores devem encaminhar, até mesmo para que esta Casa tenha uma resposta do Presidente da Sanepar, do por quê dessa transferência sem razão técnica.

Solicitando um aparte o Vereador Sérgio disse que o Vereador João Renato deu uma luminosidade de ao invés de dar o requerimento, não se retira o mesmo e se faz outro assinado por todos os Vereadores pedindo ao Presidente da Sanepar para que explique as razões da transferência, então á partir disso terão elementos para discutir nessa Casa.

Continuando o Vereador João Renato disse que essa era a intenção quando da elaboração da indicação, constava o nome de todos os Vereadores, com exceção do Vereador Vilmar que era a aparte interessada. Como todos sabem, raramente as indicações são discutidas nesta Casa, somente quando vem ao desencontro de interesse de algum Vereador. Não sabe o por quê, mas veio ao desencontro do interesse do Vereador Alceu, que não se manifestou ainda e pediu vistas ao processo. Isso não deveria ter acontecido, pois com esse pedido de destaque, houve esse constrangimento para todos. Existe pensamento de alguns Vereadores de que é perseguição política, mas não da parte desse Vereador. Enquanto não vir para esta Casa de Leis, essa razão técnica não entende como perseguição política. Pede pela enviada do processo.

Com a palavra o Vereador Alceu disse que pediu destaque nesse requerimento para procurar informações sobre o que estava acontecendo, pois onde há fumaça tem que haver fogo. O que não lhe cabe com uma matéria discutida dessa forma, porque segundo o Presidente da Sanepar, é uma promoção que ocorreu com o funcionário, mas se o mesmo fala que é uma perseguição política, portanto, é contra essa matéria, pois tem duas versões.

Com a palavra o Vereador Vilmar disse que todos já devem ter ouvido falar do famoso amigo da onça, que é aquele que dá o tapa e esconde a mão, aquele que na calada da noite faz as maracutaias para tentar denegrir ou prejudicar alguém. Acontece que esse Vereador recebeu a notícia da Presidência da Sanepar e da Diretoria de Operações, de que estava transferido do escritório da Lapa, para o de Irati, sem que se manifestasse, mas procurou sua defesa política para saber porque isso estava acontecendo. Foi até a Assembléia Legislativa conversar com o Deputado Estadual Anibelli, líder do PMDB, o qual foi buscar as informações dessa transferência. É mentira quando dizem que está indo para Irati, devido aumento de salário, pois não troca a Lapa, nem seu mandato de Vereador por nenhum aumento de salário na cidade de Irati. Acha que devem encaminhar o requerimento para que o Presidente da Sanepar se manifeste e para que deixem arquivado dentro dessa Casa de Leis, essa resposta. Agradece pela solidariedade dos Vereadores que assinaram esse requerimento, pois acredita que quem fez isso não deve ter família, nem obrigação junto ao Município da Lapa. Disse também que a facada que estão tentando lhe dar pelas costas, está sendo dolorosa, onde chacoalhou uma estrutura, mas ela não caiu ainda. Portanto respeita muito o Vereador Sérgio, mas afirmou que nada está resolvido ainda, pois tem pessoas que estão trabalhando para que essa transferência se reverta.

Solicitando um aparte o Vereador Sérgio disse que sabe que o Vereador Vilmar tem tanta força política que abalou as estruturas políticas do Governo. Portanto, diante dessas circunstâncias não resta dúvidas que o funcionário Vilmar não será transferido da Lapa. Não estão perguntando ao presidente da Sanepar quais os motivos da transferência, mas que seja revisto. Deveriam incluir que os diga as razões pelas quais o referido funcionário foi transferido, pois estão interferindo na gestão de uma empresa mista.

Continuando o Vereador Vilmar disse para o Vereador Alceu que existe duas razões, pois ainda não entendeu o motivo de destaque e sabe que o mesmo entendeu bem a matéria e acredita até que o Vereador Alceu foi usado por alguém para que pedisse destaque na matéria. É uma matéria que não interfere em nada com a Câmara, querem apenas uma resposta. Disse também que conforme o artigo cento e trinta não poderá votar na matéria. Essa votação servirá para esse Vereador como um exemplo de vida dentro dessa Casa de Leis, para saber em quem confiar. Disse que não vão poder provar sobre esta transferência e de quem foram os covardes que fizeram, pois o covarde atua à calada da noite e não enfrenta olho no olho, mas tem fé em Deus que um dia saberá quem foram os que tentaram lhe prejudicar e tem confiança política no Deputado Estadual Anibelli e que vai reverter essa situação e vai continuar atendendo a todos os que lhe procurarem dentro do que está dentro das normas da Sanepar. Agradece pelos Vereadores que assinaram o requerimento e acredita no alto espírito público que norteia esta Casa de Leis, tendo a certeza de que os Vereadores vão deixar que o requerimento chegue até a presidência da Sanepar. Não está prejudicando ninguém, está apenas pedindo uma ajuda à Câmara Municipal da Lapa que deve interferir em qualquer cidadão que se sinta prejudicado. O que fala não é apenas por esse Vereador, mas por desmandos que venham a acontecer a outras pessoas e não possam se defender, podendo ser prejudicado por uma covardia. Agradece também ao apoio da comunidade pela solidariedade, também à sua esposa Márcia e aos seus filhos Felipe e Fábio que estão sofrendo com essa transferência, que mexe com uma estrutura familiar.

Com a palavra o Vereador Sérgio disse que o Vereador Cavalini pode apresentar um requerimento verbal, solicitando a Sanepar as razões da transferência, esse Vereador apóia.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi a Indicação nº 56/2003, de autoria de vários Vereadores, que solicita ao Presidente da Sanepar a revisão da decisão com relação a transferência do funcionário Vilmar C. Fávaro, colocada em votação única sendo rejeitada com o Voto de Minerva do Presidente, tendo recebido cinco votos contrários dos Vereadores Osvaldo Camargo, Valentina Batista, Sérgio Leoni, Elísia Martins e Alceu Hoffmann e Vereadores Favoráveis José Luiz de Castro, João Renato Afonso, Antonio Luiz Cavalini, Walter Horning e Dirceu Ferreira, impedido de votar o Vereador Vilmar Fávaro.

O Presidente Adriano Hamerschmidt passou a Presidência da Sessão ao 1° Secretário Osvaldo B. Camargo.

Fazendo declaração de voto o Vereador Adriano disse que desde o momento que o requerimento foi assinado e que o assunto iria tomar as proporções que tomou e veio à tona e foi deflagrado pelo próprio Vereador Vilmar, ainda no escritório do Assessor Jurídico, Doutor Clóvis Wiedmer, esse Vereador embora renda todo tipo de homenagem e respeito a este Vereador e de pronto havia colocado o posicionamento que teria essa presidência se tivesse que votar. Não se trata de nenhuma posição pessoal e recebe as palavras de que sempre estará a disposição daqueles que viessem a votar contra esse requerimento e da mesma forma continua se colocando a disposição, como sempre teve para com o Vereador Vilmar e sua família. As razões que o levou a decidir pelo não encaminhamento da matéria já foram expostas e tem muito a ver com que o Vereador Alceu disse. Acabou concordando com alguns Vereadores de que os termos do requerimento deveriam ser solicitando as explicações sobre as decisões tomadas. Deixa todo respeito ao Vereador Vilmar e renovar os votos de estima, apreço e admiração, apesar de algum momento o Vereador Vilmar ter deflagrado algum tipo de ameaça, mas é direito dele e se coloca a disposição.

O 1° Secretário Osvaldo Benedito Camargo devolveu a Presidência da Sessão ao Presidente Adriano Hamerschmidt.

Fazendo declaração de voto o Vereador José Luiz disse que foi falado de que não havia nada político, portanto é de estranhar que a bancada da situação na sua grande maioria votou pelo não envio, sendo uma coincidência.

Solicitando um aparte o Vereador Sérgio disse que isso é a democracia, dando uma aula nessa Sessão.

Continuando o Vereador José Luiz disse que a aula foi dada por coerência, se assinou um documento antes, fez o mesmo sóbrio, consciente, achando que estava certo e continua achando o mesmo. Fez uma solicitação aos Vereadores que votaram favoráveis, para que façam um requerimento que não passe pelo Plenário, colocando no ofício, solicitando ao Presidente da Sanepar um pedido dos Vereadores que pensam de maneira diferente.

Fazendo também declaração de voto o Vereador Cavalini disse que lhe soa com estranheza essa rejeição ao envio do documento, pois simplesmente o Presidente da Sanepar pode guardar na gaveta e não irá acontecer nada ao Município. Acabaram de sair da Semana Santa onde se prega o cristianismo, justiça e de repente na prática vê a justiça perder por interesses pouco humanos, sendo lamentável. Comunga com idéia do Vereador José Luiz ou talvez uma visita pessoal ao Presidente da Sanepar e se necessário for, e pedir humildemente por esse pai de família. Não é lapeano de nascimento, mas se orgulha e seus filhos nasceram aqui. Aqui nesta cidade já houve muito sangue e histórias de injustiças sociais, marcas essa que ficaram nas famílias. Parece que a revolução foi longa e há muito tempo, mas ela é recente na história contemporânea brasileira. Se numa campanha política as pessoas se odeiam, imaginem então numa revolução como ocorreu na Lapa e que deixou profundas e dolorosas marcas no povo lapeano e as vezes infelizmente nos dias de hoje, sentimentos longínquos que fazem esse tipo de comportamento, mas como a Lapa é uma cidade que nasceu para vencer e que tem na história um significado especial, deverá a justiça sobressair-se a essas más intenções.

Com a palavra o Vereador Vilmar agradece de coração aos que votaram pela enviado do requerimento e que defenderam. Agradece a todos os lapeanos que estão apoiando também o Vereador Vilmar. Encerra dizendo que ninguém dá chute em cachorro morto.

Nada mais a tratar na Ordem do Dia, passou-se a leitura dos requerimentos e indicações apresentados: Indicação do Vereador Sérgio Augusto Leoni ao Prefeito Municipal, para que seja renovado a pintura externa da Igreja de Santo Antônio. Requerimento da Vereadora Valentina Piovezan Batista, solicitando inserção em ata de Voto de Pleno Êxito e Sucesso aos professores que freqüentaram o Curso Normal à Distância. Requerimento do Vereador José Luiz de Castro, solicitando que seja inserido em ata Voto de Congratulações pela passagem do Dia do Exército.

Ninguém querendo colocar qualquer requerimento ou indicação em destaque, foram todos deferidos, ficando à disposição dos Senhores Vereadores, juntamente com o Expediente, na Secretaria desta Casa.

Abrindo-se as inscrições para o Grande Expediente, inscreveu-se o Vereador José Luiz de Castro.

O Presidente Adriano Hamerschmidt passou a Presidência da Sessão ao 1° Secretário Osvaldo Benedito Camargo.

Com a palavra o Vereador José Luiz disse que fez uma indicação ao Deputado Afonso Camargo, solicitando a elaboração de um anteprojeto de lei visando a isenção de pagamento de pedágio para os veículos emplacados no Município onde está situada a Praça de Pedágio, em seguida fez a justificativa e para sua surpresa, recebeu a resposta do Deputado Afonso Camargo que diz ter recebido a indicação apresentada por essa Câmara de Vereadores, encaminhada pelo Presidente Adriano Hamerschmidt e fala também que sua assessoria técnica está estudando o assunto com vistas à apresentação de projeto de lei nessa Câmara dos Deputados. É bom quando se faz indicações e recebe o retorno das mesmas. Há um jornal circulando na Lapa, chamado Correio da Lapa, esse jornal não tem propaganda comercial e a maioria das notícias que ocorrem naquele jornal são feita através do Lapapress que todos sabem quem é o jornalista responsável e aonde trabalha. Existe algumas notícias que não aparecem o nome ou de alguma agencia de autoria do mesmo jornal. Esse jornal não tem nenhuma indicação de jornalista responsável, nem de endereço e cujas matérias que são publicadas são de interesse do Município, supõe-se com a absoluta certeza de que o grande patrocinador desse jornal é o Município da Lapa. Quando esse Vereador entrou com um pedido de informações sobre o uso de cento e cinqüenta mil reais por semestre que são gastos na divulgação, informação ou na construção da imagem do Prefeito, esse Vereador tinha razão. Esse valor é de uma importância vultuosa que está sendo tirado da manutenção de estradas, melhorias de escolas, remédios, etc. Não vê sentido em fazer um jornal desse, e qual o custo, porque essa verba não é feita nenhuma licitação das coisas que são contratadas por essa empresa. A contratação da empresa ALL que é de uma filha de um Vereador desta Casa, foi feita de maneira adequada. Tem uma cópia desse jornal e levará pessoalmente ao Tribunal de Contas nas mãos de algum conselheiro para que o mesmo possa pedir informações oficiais do Prefeito. Esse Vereador não se ilude, as informações que por certo virão não serão informações satisfatórias e nem condizentes com a realidade. Sabe de várias informações da Prefeitura de atos que estão ocorrendo após sua saída como Secretário de Serviços Públicos, que são repassadas por pessoas de confiança desse Vereador e que por força de Lei não é obrigado a revelar essas fontes, mas são irregularidade tremendas que são praticadas nessa área. Esse Jornal não é vendido em nenhuma papelaria. Há um certo número de exemplares que são editados e distribuídos livremente na cidade e o que é pior, ás vezes denegrindo a imagem de pessoas que não tem nada a ver com as informações que sai desse jornal, apesar de que a fonte dessas informações é uma só. Foi acusado também nesse jornal de que não paga IPTU e

que a administração municipal ficou surpresa por esse fato. Essas informações o Prefeito já tinha conhecimento desde o ano de dois mil e um já tinha levantado a hipótese com a nova Lei de Código das Cidades, onde propriedades grandes terem que ser desmembradas e vendidas em partes ou transformadas em lotes. O Prefeito sabia disso, esse terreno comprou com seu trabalho, não foi roubado e adquiriu antes de ter qualquer função pública dentro do Município da Lapa. Hoje é esse Vereador, juntamente com o Vereador Vilmar que estão sendo colocados em situação difícil perante a comunidade, onde algumas pessoas entendem, outras pessoas estão se solidarizando e dando apoio e dizendo saber em relação aos fatos. Ressalta também que não consegue entender, pois o Prefeito deveria usar o rádio e jornais para falar coisa boas da Lapa e da sua administração, não ficar denegrindo imagens de pessoas de bem. Deixa registrado seu voto de repúdio á atitudes iguais a essas do Prefeito, contra pessoas e fatos que não são verídicos e que são explorados de maneira criminosa pelo Executivo.

O 1° Secretário Osvaldo Benedito Camargo devolveu a Presidência da Sessão ao Presidente Adriano Hamerschmidt.

Ninguém mais inscrito, abriu-se espaço às lideranças partidárias, não havendo manifestações.

Passando-se às Comunicações Parlamentares, inscreveu-se a Vereadora Valentina da L. P. Batista.

Com a palavra a Vereadora Valentina explicando o motivo de duas indicações que fez na semana interior. Solicitou na indicação de número cinqüenta e dois, barra dois mil e três a colocação de placas modelo padrão simples de forma a ser adaptada nas paredes das residências onde inicia a rua nominada pelo Poder Público que encontra-se sem identificação. Desde que assumiu seu mandato na Câmara de Vereadores em dois mil e um, é muito grande o número de pessoas e cidadãos que cobram esse identificação das ruas, para localizar casas de parentes e turistas que querem visitar alguns amigos ou comércio, enfim, não encontram endereço pela falta de identificação. Confessa que não teve tempo e oportunidade de fazer essa verificação, pois parece ser grande o número de casas sem identificação. Se preocupou em colocar em na justificativa para que fosse fora do espaço tombado pelo patrimônio histórico por ter uma certa exigência de padrão, etc. Espera que o Prefeito Paulo atenda essa reivindicação que é de fato a de grande números de cidadãos e que é uma necessidade. A segunda indicação de número cinqüenta e um, barra dois mil e três é da colocação de bancos no calçadão da avenida, existem trinta bancos e na verdade existe espaço para quarenta, onde foram literalmente arrancados, depredados e quebrados. Faz o pedido para que o Prefeito reponha esses bancos para utilização de pessoas, no qual foi um pedido feitos pelas mesmas. È dessa forma como Vereadores que estão cumprindo seus papeis, de trazer para esse Casa de Leis as reivindicações da população.

Mais ninguém inscrito, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos visitantes, bem como dos Senhores Vereadores e convocou-os para a próxima Sessão Ordinária a realizar-se no dia 29 de abril de 2003, á hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia:

Redação Final ao Anteprojeto de Lei n° 02/2003, de autoria do Vereador João Renato L. Afonso, que regulamenta a edição e circulação do Boletim Oficial da Prefeitura Municipal da Lapa e dá outras providências.

2ª discussão ao Anteprojeto de Lei n° 11/2003, de autoria do Executivo Municipal, que extingue e coloca cargos em extinção, de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Município e dá outras providências.

1ª discussão ao Anteprojeto de Lei n° 02/03, de autoria do Executivo Municipal, que concede subvenção que especifica e dá outras providências.

1ª discussão ao Anteprojeto de Lei nº 16/03, de autoria do Executivo Municipal, que altera dispositivos da Lei nº 1527, de 26.04.2001, que autoriza o Poder Executivo a conceder subsidio para transporte à população estudantil lapeana e dá outras providências.

1ª discussão ao Anteprojeto de Lei nº 05/03, de autoria da Vereadora Valentina da L. P. Batista, que estabelece critérios para proposição de nominação de próprios, logradouros e vias públicas no Município da Lapa.

1ª discussão ao Anteprojeto de Lei nº 08/03, de autoria da Vereadora Valentina da L. P. Batista, que declara de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Mestres APM do Colégio Estadual São José.

Sendo o que tinha para constar, após lida e aprovada, será a presente ata por todos os Vereadores assinada.